



## **Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 07/2023 - Desenvolvimento de Ações Estratégicas para Políticas em Biodiversidade no âmbito do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio)**

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, com financiamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e seguindo as diretrizes emanadas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, torna pública a presente Chamada e convida os interessados a apresentarem propostas nos termos aqui estabelecidos.

### **1 - Objeto**

A presente chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, articulando as competências regionais para que o conhecimento sobre a biodiversidade e os ecossistemas brasileiros seja ampliado e disseminado de forma planejada e coordenada por meio de redes de pesquisa voltadas à identificação, caracterização, valorização e ao uso sustentável da biodiversidade, bem como para o desenvolvimento de ações estratégicas para políticas em Biodiversidade no âmbito do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio).

#### **1.1 - Sobre o PPBio**

O Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) é um programa nacional estratégico que visa ampliar o conhecimento sobre a imensa biodiversidade brasileira. O PPBio abrange todo país e destina-se a preencher lacunas de conhecimento sobre a biodiversidade, especialmente em regiões de difícil acesso e escassez histórica de conhecimentos científicos. Além da obtenção de dados científicos sobre a biodiversidade, incluindo aspectos como diversidade taxonômica, genética populacional e aspectos evolutivos, o PPBio também busca compreender padrões de distribuição de plantas e animais e do processo ecológico que resultam nos padrões atuais.

O principal objetivo do PPBio é responder as grandes questões sobre a biodiversidade brasileira e subsidiar a implementação de políticas públicas voltadas para sua conservação e uso sustentável dos recursos naturais do Brasil. Ainda, tem a responsabilidade de propor ações e soluções, baseadas em conhecimentos científicos, que aprimorem as estratégias nacionais, regionais e locais de planejamento e de desenvolvimento, de forma a subsidiar, adequar e avaliar as políticas públicas de promoção da conservação e do uso sustentável da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos. O Programa está intimamente relacionado aos objetivos estratégicos que orientam as Metas Nacionais de Biodiversidade e às iniciativas da Convenção sobre Diversidade Biológica.

O PPBio possui metodologia padronizada e infraestrutura envolvendo seis biomas brasileiros e a zona costeira, sendo composto por uma rede com mais de 1000 pesquisadores organizados em núcleos que estão articulados com órgãos gestores, setores privados e comunidades locais. Essa rede reúne capacidade para potencializar as ações de monitoramento e fornecer análises regionais e nacionais que deem suporte tanto a políticas públicas quanto a iniciativas da sociedade para mitigar efeitos da degradação ambiental pelos usos da terra.

Somente com estratégias e ações coordenadas, tanto para a pesquisa quanto para a interação entre pesquisa e sociedade, é possível criar o conhecimento necessário para atuar frente aos enormes desafios em relação ao uso dos recursos naturais. O objetivo é aproveitar o enorme potencial humano e científico e a infraestrutura disponível, mas dispersa em todas as regiões do Brasil, para alcançar os objetivos que são comuns entre a maioria dos atores. Os conhecimentos oriundos dessa Chamada são fundamentais para proporcionar inovações científicas e de desenvolvimento tecnológico, que sinergicamente conduzem à geração de riqueza e manutenção



da qualidade de vida a partir da biodiversidade, com benefícios econômicos e sociais para a população de todo o País.

## **1.2 - São objetivos e diretrizes dessa Chamada**

**1.2.1** - Promover a expansão e a consolidação das Redes de Pesquisa, Monitoramento e Modelagem em Biodiversidade e Ecossistemas, por meio de apoio a projetos de pesquisa científica e tecnológica que possam contribuir para ampliação e disseminação do conhecimento sobre a biodiversidade e os ecossistemas brasileiros.

**1.2.2** - Estimular a articulação das competências regionais, mediante a formação de redes de pesquisa voltadas à identificação, caracterização, valorização, modelagem e ao uso sustentável da biodiversidade, conforme os princípios da Convenção sobre Diversidade Biológica e as Diretrizes da Política Nacional de Biodiversidade (Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002).

**1.2.3** - Promover a continuidade do PPBio por meio do apoio às Redes de Pesquisa em Biodiversidade, a saber: a) Rede Amazônia Oriental, b) Rede Amazônia Ocidental, c) Rede Semiárido, d) Rede Mata Atlântica, e) Rede Cerrado e f) Rede Campos Sulinos.

**1.2.4** - Estimular a formação de 3 (três) novas redes, a saber: a) Rede Pantanal; b) Rede Costeira Marinha; e c) Rede Restingas e Manguezais.

**1.2.5** - Ampliar e disseminar o conhecimento gerado sobre a biodiversidade para todos os setores e níveis da sociedade brasileira, utilizando a plataforma do Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBr) para abrigar dados e metadados, e em outras redes de tecnologia de informação e desenvolver interfaces de uso da informação de forma que os dados sejam úteis para o público em geral, tomadores de decisão e outros interessados e possibilitem ao atendimento das obrigações do Brasil em tratados internacionais.

**1.2.6** - Promover a interação entre os geradores de conhecimento e os tomadores de decisão, visando contribuir para elaboração e implementação de políticas públicas relacionadas às áreas de atuação do PPBio e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.

**1.2.7** - Estimular a formação de parcerias internacionais e a integração de estudos sobre a biodiversidade em países da América Latina e iniciativas de outros continentes.

**1.3** - Os projetos de pesquisa contratados deverão ser inseridos nas seguintes Linhas de Pesquisa

**1.3.1 - Linha 1: Rede Amazônia Oriental**

**1.3.2 - Linha 2: Rede Amazônia Ocidental**

**1.3.3 - Linha 3: Rede Semiárido**

**1.3.4 - Linha 4: Rede Mata Atlântica**

**1.3.5 - Linha 5: Rede Cerrado**

**1.3.6 - Linha 6: Rede Pantanal**

**1.3.7 - Linha 7: Rede Campos Sulinos**

**1.3.8 - Linha 8: Rede Costeira Marinha**

**1.3.9 - Linha 9: Rede Restingas e Manguezais**

**1.3.10 - Linha 10: Comunicação Pública da Ciência para o PPBio**



**1.4** - Cada proposta submetida nas Linhas de Pesquisa de 1 a 9 deverá abordar ao menos 3 (três) dos seguintes Temas:

**1.4.1 - Tema 1: Inventários Biológicos** (geração de informação básica sobre a biodiversidade, a partir da realização de inventários biológicos (fauna, flora), visando a descrição, quantificação e análise da biodiversidade);

**1.4.2 - Tema 2: Ecossistemas de Referência, Modelagem e Serviços Ecossistêmicos** (estabelecimento de ecossistemas de referência para conservação e restauração da biodiversidade, desenvolvimento de bases estratégicas para a implementação de projetos e modelagem da restauração ambiental e provisionamento de indicadores de serviços ecossistêmicos para cada bioma brasileiro; avaliar quantitativa e qualitativamente os serviços ecossistêmicos fornecidos em todos os biomas brasileiros, relacionando-as ao estado de conservação e biodiversidade contida nos ecossistemas de referência);

**1.4.3 - Tema 3: Estado e Cenários da Biodiversidade** (produção de análises regulares sobre o estado da biodiversidade nos diferentes biomas do país e desenvolvimento de cenários (presente e futuro) sobre a biodiversidade com base nos dados compilados e estudos desenvolvidos, produzindo e propondo ações integradas com alcance em várias escalas espaciais e temporais; subsidiar a implementação de políticas públicas voltadas para conservação e uso sustentável de recursos naturais do Brasil);

**1.4.4 - Tema 4: Valoração e Modelagem de Serviços** (valoração (quantidade e qualidade) e modelagem de serviços vitais ao funcionamento dos ecossistemas e de interesse socioeconômico nos biomas, com ênfase na segurança hídrica (provisão de água de qualidade e em quantidade), repositório de biodiversidade (recursos genéticos, controle de pragas, dispersão de sementes), segurança alimentar (fertilidade do solo, polinização, estocagem de microrganismos, controle de pragas), provisão de matérias primas (produtos florestais madeireiros e não madeireiros, espécies ornamentais, medicinais, alimento, fibras), regulação climática (contenção de erosão, sequestro e estoque de carbono));

**1.4.5 - Tema 5: Biodiversidade, Saúde Ambiental, Reservatórios de Zoonoses e Monitoramento de Vetores** (entendimento das relações entre biodiversidade, saúde ambiental, reservatórios de possíveis novas zoonoses e monitoramento de vetores de transmissão de doenças; desenvolvimento de estratégias de uso sustentável dos ecossistemas, compatíveis com as condições específicas de cada bioma e com as metas de conservação, em especial relacionadas à redução de emissões de carbono e manutenção da funcionalidade ecossistêmica, construindo cenários que deem suporte às tomadas de decisão).

**1.4.6 - Tema 6: Comunicação Pública da Ciência sobre a Biodiversidade Brasileira** (promover a divulgação de informações sobre a biodiversidade brasileira para população em geral de forma a aprimorar o conhecimento sobre a biodiversidade em todos os segmentos da sociedade brasileira).

**1.4.7 - Tema 7: Valor cultural da biodiversidade** (entendimento das interações entre natureza, sociedade e cultura (soluções concretas para conservação da biodiversidade); estudos das relações e impactos entre turismo e biodiversidade; promoção de ações que incentivem o diálogo de saberes, a interculturalidade, a equidade (de gênero ou grupo social) e a inclusão social, considerando os povos que formam a sociobiodiversidade brasileira, visando promover a segurança alimentar e nutricional, a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento ambientalmente sustentável).

**1.5** – As propostas submetidas nas Linhas de Pesquisa de 1 a 9 (itens 1.3.1 a 1.3.9) deverão contemplar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação estruturados em Redes Integradas de Pesquisa.



**1.5.1** - Cada proposta de Rede Integrada de Pesquisa deverá obrigatoriamente ser composta de um Projeto de Coordenação da Rede e de um conjunto de Projetos de Pesquisa Associados que compõem a Rede, cujas instituições de execução deverão estar sediadas na região de abrangência da respectiva Rede.

**1.5.1.1** - Redes Integradas de Pesquisa são entendidas, nesta Chamada, como sendo o conjunto de projetos de pesquisa associados a um Projeto de Coordenação de Rede.

**1.5.1.2** - Projetos de Pesquisa Associados são entendidos, nesta Chamada, como sendo os projetos de pesquisa científica, tecnológica ou inovação, obrigatoriamente associados a uma proposta de Rede Integrada de Pesquisa.

**1.5.2** - As propostas deverão observar as especificidades a seguir:

**1.5.2.1** - Cada proposta de Rede Integrada de Pesquisa deverá contemplar apenas uma das Linhas descritas no item 1.3.

**1.5.2.2** - Cada proposta de Rede Integrada de Pesquisa deverá ser composta por, no mínimo, 3 (três) Projetos de Pesquisa Associados.

**1.5.2.3** - Cada proposta da Rede Integrada de Pesquisa deverá contemplar ao menos 3 (três) temas de pesquisa previstos no item 1.4.

**1.5.2.4** - O Projeto da Rede Integrada de Pesquisa deverá ser composto pelo Plano de Gestão da Rede, o qual deverá obrigatoriamente incluir as seguintes informações:

- a) Título da Proposta de Rede em Biodiversidade;
- b) Temas contemplados na Proposta de Rede em Biodiversidade, conforme item 1.4;
- c) Objetivos e justificativas da formação da Rede Integrada de Pesquisa em Biodiversidade;
- d) Identificação dos Projetos Associados à Rede Integrada de Pesquisa em Biodiversidade (Título, Coordenador, Temas, Instituição Executora, Unidade Federativa e Resumo);
- e) Explicação de como os Projetos Associados interagem e de que maneira os resultados gerados poderão se complementar e, ainda, de que forma os resultados complementares atingirão os objetivos propostos pela Rede;
- f) Indicação da forma e tipo de tecnologias utilizadas para integração de informações e dados;
- g) Identificação das metas a serem atingidas, incluindo os produtos a serem gerados por meio de cooperação dentro da Rede;
- h) Demonstração de como as instituições serão articuladas para garantir efetivo apoio aos pesquisadores participantes da Rede, incluindo laboratórios, bases de dados e bibliotecas;
- i) Indicação de que forma os resultados dos Projetos Associados estarão estruturados em banco de dados e sua integração ao SiBBR;
- j) Indicação do cronograma de atividades, incluindo as reuniões anuais internas de avaliação e acompanhamento dos Projetos Associados; e



k) Identificação do orçamento detalhado e justificado, para o gerenciamento e integração da rede, incluindo a previsão de recursos (passagens e diárias) para a participação do Coordenador da Rede e dos Coordenadores dos Projetos Associados em reuniões internas de integração da Rede e a previsão de recursos (passagens e diárias) para a participação do Coordenador da Rede em até 2 (duas) reuniões de Acompanhamento e Avaliação organizadas pelo MCTI com o apoio do CNPq, a serem realizadas preferencialmente em Brasília/DF com duração de até 3 dias cada.

**1.5.2.4.1** - O Coordenador da Rede deverá apresentar, juntamente com o Projeto da Rede Integrada de Pesquisa, os Projetos Associados contendo as informações descritas no item 6.6.

**1.5.2.4.2** - O Coordenador da Rede deverá também coordenar, obrigatoriamente, um dos Projetos Associados.

**1.6** - As propostas submetidas na Linha de Pesquisa 10 (item 1.3.10) deverão contemplar Projetos de Comunicação Pública da Ciência para o Programa PPBio.

**1.6.1** – Para os Projetos de Comunicação Pública da Ciência para o Programa PPBio deverão ser consideradas as seguintes diretrizes:

a) Ampliação e potencialização da divulgação científica produzida pelos sítios PPBio para um público mais amplo, de modo a influenciar a tomada de decisão na gestão ambiental e fortalecer o engajamento da sociedade na conservação ambiental e da biodiversidade, ampliando a divulgação dos resultados para os cofinanciadores do Programa, em seus canais de divulgação e de comunicação; aproximando os resultados das pesquisas dos gestores públicos, formuladores de políticas públicas e distintos públicos que compõem a sociedade.

b) Reconhecimento do direito à informação, da cidadania, da cultura científica e da troca de saberes e valorização da percepção pública da ciência e da compreensão das relações entre ciência, tecnologia, inovação, sociedade e ambiente;

c) Valorização de metodologias e perspectivas participativas e cooperativas de comunicação pública da ciência, em diálogo com os pesquisadores dos sítios PPBio e os diferentes públicos envolvidos e em consonância com as diretrizes da Chamada PPBio; e

d) Promoção da integração e articulação de coordenadores de sítios e pesquisadores do PPBio na proposta do projeto de comunicação pública da ciência para o Programa.

## 2 – Cronograma

<b>FASES</b>	<b>DATA</b>
Lançamento da Chamada no Diário Oficial da União e na página do CNPq	<b>22/06/2023</b>
Prazo para impugnação da Chamada	<b>03/07/2023</b>
Data limite para submissão das propostas	<b>25/08/2023</b>
Período de Julgamento	<b>outubro/2023</b>
Divulgação do resultado preliminar do julgamento no Diário Oficial da União, por extrato, e na página do CNPq na internet	<b>novembro/2023</b>



Prazo final para interposição de recurso administrativo	<b>Dez dias após a divulgação do resultado preliminar</b>
Divulgação da decisão no Diário Oficial da União, por extrato, e na página do CNPq na internet	<b>08/12/2023</b>

### 3 - Critérios de Elegibilidade

**3.1** - Os critérios de elegibilidade indicados abaixo são obrigatórios e a ausência de qualquer um deles resultará no indeferimento da proposta.

#### 3.2 - Quanto ao Proponente e Equipe

**3.2.1** - O responsável pela apresentação da proposta deverá, obrigatoriamente:

- a) ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta;
- b) possuir o título de Doutor;
- c) ser o coordenador do projeto;
- d) possuir vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto ou, se aposentado, comprovar manter atividades acadêmicos-científicas e apresentar declaração da instituição de execução do projeto concordando com a sua execução.

**3.2.2** - No formulário de submissão da proposta, o proponente deverá declarar para os devidos fins de direito que não possui qualquer inadimplência com o CNPq e com a Administração Pública Federal, direta ou indireta, sob pena de indeferimento.

**3.2.2.1** - Caso constatada, a qualquer tempo, a falsidade da declaração, o CNPq adotará as providências cabíveis diante dos indícios de crime de falsidade ideológica.

#### 3.3 - Quanto à Instituição de Execução do Projeto

**3.3.1** - A instituição de execução do projeto deverá estar cadastrada no Diretório de Instituições do CNPq, devendo ser uma Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT).

**3.3.1.1** - Entende-se por Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT): órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos.

**3.3.2** - A instituição de execução do projeto é aquela com a qual o proponente deve apresentar vínculo.

#### 3.4 – Quanto à estruturação do Projeto

**3.4.1** - A proposta submetida nas Linhas de Pesquisa de 1 a 9 (itens 1.3.1 a 1.3.9) deverá ter seu projeto estruturado como Rede Integrada de Pesquisa, conforme item 1.5 desta Chamada.



**3.4.1.1** – Cada proposta de Rede Integrada de Pesquisa deverá ser composta por um Projeto de Coordenação da Rede e por três ou mais Projetos de Pesquisa Associados.

**3.4.1.2** – O projeto de Rede Integrada de Pesquisa deverá conter um Plano de Gestão da Rede, conforme item 1.5.2.4.

**3.4.2** - A proposta submetida na Linha de Pesquisa 10 (item 1.3.10) deverá ser estruturada como Projeto de Comunicação Pública da Ciência, conforme item 1.6.

#### **4 - Recursos Financeiros**

**4.1** - As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), oriundos do FNDCT/Fundos Setoriais TED 1513/22, a serem liberados para o CNPq em três parcelas. Deste valor, R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) destinam-se ao pagamento de custeio, R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais) ao pagamento de recursos de capital e R\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais) ao pagamento de recursos de bolsa.

**4.1.1** - Outros recursos decorrentes de parcerias futuras poderão ser aplicados na suplementação de propostas aprovadas no âmbito desta Chamada e/ou na contratação de novos projetos dentre os aprovados quanto ao mérito.

**4.1.2** - Quando o desembolso ocorrer em mais de um exercício financeiro, o repasse de cada ano ficará condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq e dos demais parceiros.

**4.2** - Identificada a conveniência e a oportunidade e havendo disponibilidade de recursos adicionais para esta Chamada, em qualquer fase, o CNPq e o(s) parceiro(s) poderá(ão) suplementar os projetos contratados e/ou contratar novos projetos dentre os aprovados quanto ao mérito.

**4.2.1** - No caso descrito no subitem 4.2, excepcionalmente, a seleção dos projetos a serem suplementados ou contratados pelo CNPq (e o(s) parceiro(s)) seguirá a prioridade determinada pela DEX, por meio de decisão devidamente fundamentada, ou pelo(s) parceiro(s), mediante justificativa e aprovação da DEX.

**4.3** - As informações sobre os fundos setoriais (documentos básicos, diretrizes estratégicas, legislação básica, etc.) estão disponíveis no sítio da FINEP, em <http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/fndct/historico-e-legislacao>.

**4.4** - Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos cuja instituição de execução esteja sediada nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional – FNDCT.

**4.4.1** - Caso não existam propostas qualificadas em número suficiente para que este percentual seja atingido, a critério do CNPq os recursos não utilizados poderão ser alocados em projetos aprovados em outras regiões.

**4.5** - Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos cuja coordenação seja exercida por uma pesquisadora do sexo feminino.



**4.5.1** - Caso não existam propostas qualificadas em número suficiente para que este percentual seja atingido, a critério do CNPq os recursos não utilizados poderão ser alocados em projetos coordenados por pesquisadores do sexo masculino.

**4.6** - Cada Rede de Pesquisa poderá solicitar entre R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).

**4.6.1** - Os recursos destinados ao Projeto de Coordenação da Rede, que inclui as atividades do Plano de Gestão da Rede (item 1.5.2.4), não poderão ultrapassar 20% do total solicitado.

**4.6.2** - Os recursos destinados ao conjunto dos Projetos Associados deverão representar ao menos 80% do total solicitado.

**4.6.2.1** - A divisão dos recursos entre os diversos Projetos Associados à uma Rede Integrada de Pesquisa deverá ser feita de forma a otimizar os recursos disponíveis.

**4.7** - O valor solicitado poderá sofrer cortes durante as etapas de julgamento.

**4.8** - Os projetos terão o valor máximo de financiamento de acordo com uma das seguintes Linhas:

<b>Linha</b>	<b>Intervalo de Financiamento</b>	<b>Recursos estimados por linha</b>
<b>Linha 1: Rede Amazônia Oriental</b>	R\$ 2.000.000,00 - R\$ 4.000.000,00	R\$ 6.500.000,00
<b>Linha 2: Rede Amazônia Ocidental</b>	R\$ 2.000.000,00 - R\$ 4.000.000,00	R\$ 6.500.000,00
<b>Linha 3: Rede Semiárido</b>	R\$ 2.000.000,00 - R\$ 4.000.000,00	R\$ 6.500.000,00
<b>Linha 4: Rede Mata Atlântica</b>	R\$ 2.000.000,00 - R\$ 4.000.000,00	R\$ 6.500.000,00
<b>Linha 5: Rede Cerrado</b>	R\$ 2.000.000,00 - R\$ 4.000.000,00	R\$ 6.500.000,00
<b>Linha 6: Rede Pantanal</b>	R\$ 2.000.000,00 - R\$ 4.000.000,00	R\$ 6.500.000,00
<b>Linha 7: Rede Campos Sulinos</b>	R\$ 2.000.000,00 - R\$ 4.000.000,00	R\$ 6.500.000,00
<b>Linha 8: Rede Costeira Marinha</b>	R\$ 2.000.000,00 - R\$ 4.000.000,00	R\$ 6.500.000,00
<b>Linha 9: Rede Restingas e Manguezais</b>	R\$ 2.000.000,00 - R\$ 4.000.000,00	R\$ 6.500.000,00
<b>Linha 10: Comunicação PPBio</b>	R\$ 1.000.000,00 - R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.500.000,00

**4.8.1** - Os recursos não utilizados em uma Linha poderão ser transferidos pela Diretoria Executiva do CNPq para outras Linhas.

**4.8.2** - Somente será admitida uma única proposta, vinculada a apenas uma das Linhas destacadas no item 4.8, por proponente.



**4.8.3** - A Diretoria Executiva do CNPq poderá, em eventual identificação de recursos adicionais para a Chamada, ajustar os valores das faixas indicadas no subitem 4.8.

## **5 - Itens Financiáveis**

**5.1** - Os recursos da presente chamada serão destinados ao financiamento de itens de custeio, capital e/ou bolsa, compreendendo:

### **5.2 - Custeio:**

- a) material de consumo;
- b) serviços de terceiros – pagamento integral ou parcial de contratos para pessoa física ou jurídica, de caráter eventual;
- c) despesas acessórias de importação; e
- d) passagens e diárias, de acordo com as Tabelas de Valores de Diárias para Auxílios Individuais e Bolsas de Curta Duração do CNPq.

**5.2.1** - Qualquer pagamento à pessoa física deverá ser realizado de acordo com a legislação em vigor, de forma a não estabelecer vínculo empregatício.

**5.2.2** - A mão-de-obra empregada na execução do projeto não terá vínculo de qualquer natureza com o CNPq e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos, permanecendo na exclusiva responsabilidade do Coordenador e da Instituição de execução do projeto.

**5.2.3** - O pagamento de despesas de publicação deverá priorizar o modelo de acesso aberto.

### **5.3 - Capital:**

- a) equipamentos e material permanente;
- b) veículos automotores e embarcações; e
- c) material bibliográfico.

**5.3.1** - Os bens gerados ou adquiridos no âmbito de projetos contratados nesta Chamada deverão ser incorporados, desde sua aquisição, ao patrimônio da Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) à qual o coordenador ou pesquisador beneficiado estiver vinculado.

**5.3.1.1** - Será de responsabilidade do pesquisador e da ICT a forma de incorporação do bem à instituição.

**5.3.1.2** - O pesquisador deverá anexar à Prestação de Contas a documentação comprobatória da incorporação do bem ao patrimônio da ICT.

### **5.4 - Bolsas**

**5.4.1** - Serão concedidas bolsas nas modalidades Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (DTI), Iniciação Tecnológica e Industrial (ITI), Especialista Visitante (EV), Extensão no País (EXP), Apoio Técnico em Extensão no País (ATP), Apoio à Difusão do Conhecimento (ADC) e Fixação e Capacitação de Recursos Humanos (SET).



**5.4.2** - A implementação das bolsas deverá ser realizada dentro dos prazos e critérios estipulados para a(s) modalidade(s) indicada(s) nos termos da RN-015/2010 – Bolsas de Fomento Tecnológico e Extensão Inovadora.

**5.4.3** - A duração das bolsas não poderá ultrapassar o prazo de execução do projeto.

**5.4.4** - As bolsas não poderão ser utilizadas para pagamento de prestação de serviços, uma vez que esta utilização estaria em desacordo com a finalidade das bolsas do CNPq.

**5.4.5** - Caberá ao coordenador, após firmar o TERMO DE OUTORGA com o CNPq, promover as indicações dos bolsistas.

**5.4.6** - O coordenador do projeto não poderá ser bolsista.

**5.4.7** - Até 30% do valor total solicitado poderá ser destinado às bolsas de pesquisa.

**5.5** - São vedadas despesas com:

a) certificados, ornamentação, coquetel, alimentação, shows ou manifestações artísticas de qualquer natureza;

b) despesas de rotina, como contas de luz, água e telefone, entendidas como despesas de contrapartida obrigatória da instituição de execução do projeto;

c) despesas de correios e reprografia, salvo se relacionadas diretamente com a execução do projeto de pesquisa;

d) pagamento de taxas de administração, de gerência, a qualquer título;

e) obras civis (ressalvadas as obras com instalações e adaptações necessárias ao adequado funcionamento de equipamentos, as quais deverão ser justificadas no orçamento detalhado da proposta), entendidas como de contrapartida obrigatória da instituição de execução do projeto;

f) pagamento de salários ou complementação salarial de pessoal técnico e administrativo ou quaisquer outras vantagens para pessoal de instituições públicas (federal, estadual e municipal); e

g) pagamento de serviços de terceiros a agente público da ativa por serviços prestados, à conta de quaisquer fontes de recursos.

**5.5.1** - As demais despesas serão de responsabilidade do proponente e da instituição de execução do projeto, respondendo cada um por seus respectivos atos.

**5.6** - Para contratação ou aquisição de bens e serviços deverá ser observada a Portaria CNPq Nº 914, de 1º de julho de 2022, que dispõe sobre a Utilização De Recursos e Prestação De Contas.

**5.7** - O CNPq não responderá pela suplementação de recursos para fazer frente a despesas decorrentes de quaisquer fatores externos ao seu controle, como flutuação cambial.

## **6 - Submissão da Proposta**

**6.1** - As propostas deverão ser encaminhadas ao CNPq exclusivamente via Internet, utilizando-se o Formulário de Propostas *on-line* disponível na [Plataforma Integrada Carlos Chagas](#).



**6.2** - O horário limite para submissão das propostas ao CNPq será até às 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos), horário de Brasília, da data descrita no **CRONOGRAMA**.

**6.2.1** - Recomenda-se o envio das propostas com antecedência, uma vez que o CNPq não se responsabilizará por aquelas não recebidas em decorrência de eventuais problemas técnicos e de congestionamentos.

**6.2.2** - Caso a proposta seja enviada fora do prazo de submissão, ela não será recebida pelo sistema eletrônico do CNPq.

**6.3** - Esclarecimentos e informações adicionais acerca desta Chamada poderão ser obtidos pelo endereço eletrônico [atendimento@cnpq.br](mailto:atendimento@cnpq.br) ou pelo telefone (61) 3211-4000.

**6.3.1** - O atendimento telefônico encerra-se impreterivelmente às 18h30 (horário de Brasília), em dias úteis.

**6.3.2** - É de responsabilidade do proponente entrar em contato com o CNPq em tempo hábil para obter informações ou esclarecimentos.

**6.3.3** - Eventual impossibilidade de contato ou ausência de resposta do CNPq não será admitida como justificativa para a inobservância do prazo previsto no cronograma para submissão da proposta.

**6.4** - Todas as instituições de pesquisa envolvidas com o projeto, sejam nacionais ou internacionais, deverão estar cadastradas previamente no Diretório de Instituições do CNPq.

**6.4.1** - O sistema informatizado do CNPq não receberá propostas cujas instituições de pesquisa não estiverem devidamente cadastradas no Diretório de Instituições.

**6.5** - O formulário deverá ser preenchido com as seguintes informações:

- a) Identificação da proposta;
- b) Dados do proponente;
- c) Instituições participantes;
- d) Área do conhecimento predominante e áreas do conhecimento correlatas;
- e) Orçamento detalhado;
- f) Dados gerais do projeto em português, incluindo título, palavras-chave, resumo e objetivo geral;
- g) Relevância e impacto do projeto para o desenvolvimento científico, tecnológico ou de inovação;
- h) Informações dos membros da equipe; e
- i) Metas e indicadores da proposta.

**6.5.1** - Todos os itens do formulário devem ser necessariamente preenchidos, sob pena de indeferimento da proposta.

**6.5.2** - Deverão ser cadastrados previamente ao ato de inscrição:

- a) no Currículo Lattes: proponente e demais membros do projeto detentores de Cadastro de Pessoa Física (CPF);



b) no Currículo Lattes ou no identificador ORCID (Open Researcher and Contributor ID): proponente e demais membros do projeto não detentores de Cadastro de Pessoa Física (CPF); e

c) na Plataforma Nacional de Infraestrutura de Pesquisa – PNIPE MCTI - <https://pnipe.mctic.gov.br/>: os equipamentos com valor superior a R\$ 50.000,00 que estão disponíveis para a execução do projeto, caso tal cadastro ainda não tenha sido feito.

**6.5.3** - A equipe técnica poderá ser constituída por pesquisadores, alunos e técnicos.

**6.5.3.1** - Outros profissionais poderão integrar a equipe na qualidade de colaboradores.

**6.5.4** - Somente deverão ser indicados como instituições participantes do projeto e como membro da equipe aqueles que tenham prestado anuências formais escritas, as quais deverão ser mantidas sob a guarda do coordenador do projeto.

**6.5.4.1** - O coordenador do projeto poderá ser responsabilizado civil e penalmente pela indicação falsa de membros da equipe.

**6.6** - As propostas submetidas nas Linhas de Pesquisa de 1 a 9 (itens 1.3.1 a 1.3.9) deverão incluir 2 (dois) arquivos anexos contendo as seguintes informações:

a) Arquivo contendo o Projeto da Rede Integrada de Pesquisa, incluindo o Plano de Gestão da Rede (conforme item 1.5.2.4);

b) Arquivo contendo os Projetos Associados para os quais devem ser apresentadas as seguintes informações (cada projeto):

I. Identificação do Coordenador e Instituição Executora;

II. Tema abordado (conforme item 1.4);

III. Informações sobre os membros da equipe e função;

IV. Orçamento detalhado e coerente com a proposta apresentada;

V. Dados gerais do projeto em português e inglês, incluindo título, palavras-chave, resumo e objetivo geral;

VI. Relevância e impacto do projeto para o PPBio;

VII. Objetivos específicos, metas e indicadores da proposta;

VIII. Metodologia;

IX. Plano de Divulgação Científica;

X. Etapas de execução da proposta com respectivo cronograma de atividades, observado o prazo fixado no subitem 10.4;

XI. Produtos esperados como resultado do projeto de pesquisa, com previsão de cronograma de entrega anual;

XII. Recursos financeiros de outras fontes aprovados para aplicação no projeto; e

XIII. Disponibilidade efetiva de infraestrutura e de apoio técnico para o desenvolvimento do projeto;



**6.6.1** - A ausência de uma ou mais informações elencadas no subitem 6.6 poderá prejudicar a análise de mérito do pedido.

**6.6.2** - O envio dos arquivos é obrigatório e suas ausências implicarão no indeferimento da proposta.

**6.6.3** - Os arquivos deverão ser gerados em formato PDF OCR e anexados ao Formulário de Propostas *on-line*, limitando-se a 1Mb (um megabyte) por arquivo.

**6.6.4** - Caso seja necessário utilizar figuras, gráficos, fotos e/ou outros para esclarecer a argumentação da proposta, as capacidades dos arquivos não poderão ser comprometidas, pois as propostas que excederem o limite de 1Mb não serão recebidas pelo guichê eletrônico do CNPq.

**6.7** - Após o envio, será gerado um recibo eletrônico de protocolo da proposta submetida, o qual servirá como comprovante da transmissão.

**6.8** - Será aceita uma única proposta por proponente.

**6.9** - Na hipótese de envio de mais de uma proposta pelo mesmo proponente, respeitando-se o prazo limite estipulado para submissão das propostas, será considerada para análise somente a última proposta recebida.

**6.10** - Constatado o envio de propostas idênticas, apresentadas por diferentes proponentes, todas as propostas nesta condição serão indeferidas pelo CNPq.

## 7 - Julgamento

### 7.1 - Critérios do Julgamento

**7.1.1** - Os critérios para classificação das propostas quanto ao mérito técnico-científico e sua adequação orçamentária são:

Critérios de análise e julgamento		Peso	Nota
<b>A</b>	Mérito, originalidade e relevância do projeto para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País	4	0 a 10
<b>B</b>	Aderência da proposta aos Objetivos e Diretrizes (item 1.2) e aos Temas da Chamada (item 1.4)	3	0 a 10
<b>C</b>	Estruturação e funcionamento da Rede, incluindo os mecanismos de integração interinstitucional e intrainstitucional e a complementaridade das ações entre os Projetos associados e adequação ao formato de Rede Integrada de Pesquisa.	3	0 a 10
<b>D</b>	Adequação da proposta às tendências atuais em divulgação científica, educação ambiental e engajamento de diferentes públicos conforme definido no item 1.6.1	3	0 a 10

<b>E</b>	Experiência prévia do Coordenador na área do projeto de pesquisa, considerando sua produção científica ou tecnológica e atuação na coordenação de projetos de pesquisa em Rede nos últimos cinco anos	<b>2</b>	<b>0 a 10</b>
<b>F</b>	Adequação do orçamento aos objetivos, atividades e metas propostas	<b>2</b>	<b>0 a 10</b>
<b>G</b>	Potencial de impacto socioambiental e/ou socioeconômico e aderência à Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	<b>2</b>	<b>0 a 10</b>
<b>H</b>	Capacitação e experiência da equipe - com base nas informações constantes nos Currículos Lattes e bases bibliográficas - para desenvolvimento do projeto e estratégia de integração	<b>1</b>	<b>0 a 10</b>
<b>I</b>	Estratégia de divulgação científica	<b>1</b>	<b>0 a 10</b>

**7.1.1.1** - Para estipulação das notas poderão ser utilizadas até duas casas decimais.

**7.1.1.2** - Para as propostas submetidas nas Linhas de Pesquisa de 1 a 9 (itens 1.3.1 a 1.3.9) serão aplicados todos os critérios estabelecidos no item 7.1.1, com exceção do critério “D”.

**7.1.1.3** - Para as propostas submetidas na Linha de Pesquisa 10 (item 1.3.10) serão aplicados todos os critérios estabelecidos no item 7.1.1, com exceção dos critérios “A” e “C”.

**7.1.1.4** - A nota final de cada proposta será aferida pela média ponderada das notas atribuídas para cada item.

**7.1.1.5** - Para as propostas submetidas nas Linhas de Pesquisa de 1 a 9 o Comitê Julgador considerará, em caso de empate, a maior nota obtida no critério de julgamento “A” e, em permanecendo o empate, a maior nota obtida no critério de julgamento “C”.

**7.1.1.6** - Para as propostas submetidas na Linha de Pesquisa 10, o Comitê Julgador considerará, em caso de empate, a maior nota obtida no critério de julgamento “D” e, em permanecendo o empate, a maior nota obtida no critério de julgamento “I”.

## **7.2 - Etapas do Julgamento**

### **7.2.1 - Etapa I – Classificação pelo Comitê Julgador**

**7.2.1.1** - A composição e as atribuições do Comitê Julgador seguirão as disposições contidas na Resolução Normativa nº 002/2015.

**7.2.1.1.1** - É vedado a qualquer membro do Comitê julgar propostas em que:

a) esteja participando da equipe do projeto seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau;



b) esteja litigando judicial ou administrativamente com qualquer membro da equipe do projeto ou seus respectivos cônjuges ou companheiros;

c) haja qualquer outro conflito de interesse; e/ou

d) divulgar, antes do anúncio oficial do CNPq, os resultados de qualquer julgamento.

**7.2.1.2** - As propostas serão classificadas pelo Comitê Julgador seguindo os critérios de julgamento dispostos no subitem 7.1.1.

**7.2.1.3** - Todas as propostas avaliadas serão objeto de parecer de mérito consubstanciado, contendo a fundamentação que justifica a pontuação atribuída.

**7.2.1.3.1** - O Comitê Julgador poderá se valer de pareceres de Consultores *ad hoc* para o embasamento de suas decisões.

**7.2.1.3.2** - O comitê Julgador deverá justificar os cortes orçamentários.

**7.2.1.4** - Concluída a análise o Comitê recomendará a aprovação ou a não aprovação das propostas quanto ao mérito.

**7.2.1.4.1** - Para cada proposta recomendada para aprovação, o Comitê Julgador deverá sugerir o valor a ser financiado pelo CNPq.

**7.2.1.4.2** - O Comitê Julgador não recomendará a aprovação de proposta que tenha sofrido corte no orçamento acima de 20% (vinte por cento).

**7.2.1.5** - O parecer final do Comitê Julgador será registrado em Planilha de Julgamento, contendo a relação de todas as propostas com as respectivas notas finais, assim como outras informações e recomendações julgadas pertinentes.

**7.2.1.5.1** - A Planilha de Julgamento será assinada pelos membros do Comitê.

**7.2.1.6** - Durante a classificação das propostas pelo Comitê Julgador, o Gestor da Chamada e a área técnico-científica responsável acompanharão as atividades e poderão recomendar ajustes e correções necessários, com vistas à adequação dos pareceres às disposições desta Chamada.

## **7.2.2 - Etapa II – Análise pela Área Técnico-Científica do CNPq**

**7.2.2.1** - Esta etapa consiste:

a) na análise do cumprimento dos critérios de elegibilidade e das demais disposições desta Chamada, cuja inobservância ensejará o indeferimento das propostas; e

b) na revisão da classificação pelo Comitê Julgador, caso necessário.

**7.2.2.2** - A área técnico-científica analisará os pareceres elaborados pelo Comitê Julgador, e a Planilha de Julgamento e apresentará subsídios, por meio de Nota Técnica, para a decisão do Diretor Científico do CNPq.

**7.2.2.3** - A área técnico-científica, mediante nota técnica, poderá apontar itens orçamentários, informações equivocadas ou inverídicas, inconsistências técnicas, equívocos de julgamento, elementos a serem inseridos, modificados ou excluídos, que poderão, ou não, inviabilizar a aprovação da proposta.



**7.2.2.3.1** - Na hipótese do subitem 7.2.2.3, a área técnico-científica adotará as providências necessárias para saneamento, podendo recomendar, inclusive, a elaboração de novo parecer, a complementação do parecer anterior e/ou a retificação da Planilha de Julgamento.

### **7.2.3 - Etapa III – Decisão Preliminar**

**7.2.3.1** - O Diretor Científico do CNPq emitirá decisão com fundamento na Nota Técnica elaborada pela área técnico-científica responsável, acompanhada dos documentos que compõem o processo de julgamento.

**7.2.3.1.1** - Na decisão constarão as propostas aprovadas e as não aprovadas quanto ao mérito, e as indeferidas.

**7.2.3.1.2** - Dentre as propostas aprovadas serão destacadas as que serão contratadas considerando o limite orçamentário desta Chamada, com a indicação dos respectivos recursos de financiamento.

**7.2.3.2** - A relação das propostas aprovadas com indicação dos respectivos recursos de financiamento, considerando o limite orçamentário desta Chamada, será divulgada na página eletrônica do CNPq, disponível na Internet no endereço [www.cnpq.br](http://www.cnpq.br), e publicada, por extrato, no Diário Oficial da União conforme CRONOGRAMA.

**7.2.3.3** - Todos os proponentes terão acesso aos pareceres que apreciaram a sua proposta e que fundamentaram a decisão preliminar, preservada a identificação dos pareceristas.

## **8 - Recurso Administrativo da Decisão Preliminar**

**8.1** - Da decisão preliminar caberá recurso a ser interposto mediante formulário eletrônico específico, disponível na Plataforma Integrada Carlos Chagas (<http://carloschagas.cnpq.br>), no prazo de 10 (dez) dias corridos a partir da publicação do resultado no DOU e na página do CNPq.

**8.2** - O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará à Comissão Permanente de Avaliação de Recursos (COPAR).

## **9 - Decisão Final do Julgamento pela DEX**

**9.1** – A Diretoria Executiva do CNPq emitirá decisão final do julgamento com fundamento em Nota Técnica elaborada pela área técnico-científica responsável, acompanhada dos documentos que compõem o processo de julgamento, observada a deliberação da COPAR.

**9.2** - O resultado final do julgamento será divulgado na página eletrônica do CNPq, disponível na Internet no endereço [www.cnpq.br](http://www.cnpq.br) e publicado, por extrato, no Diário Oficial da União, conforme CRONOGRAMA.

## **10 - Implementação e Execução das Propostas Aprovadas**

**10.1** - As propostas aprovadas serão apoiadas na modalidade de Auxílio Individual, em nome do proponente, mediante assinatura de TERMO DE OUTORGA.



MINISTÉRIO DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO



**10.2** - A celebração do TERMO DE OUTORGA ficará subordinada à existência prévia de Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a instituição de execução do projeto e o CNPq, conforme disposto na RN nº 006/2019.

**10.3** - O proponente terá até 90 (noventa) dias para assinar o TERMO DE OUTORGA a partir da data da publicação do extrato da decisão final do julgamento desta Chamada no DOU.

**10.3.1** - Expirado o prazo estabelecido no item 10.3 ou a sua prorrogação, sem que o proponente tenha assinado o TERMO DE OUTORGA, decairá o direito à concessão, hipótese em que o CNPq poderá apoiar eventuais proponentes cujas propostas, não obstante aprovadas, não tenham sido contratadas dado o limite de recursos desta Chamada, observada a ordem de classificação.

**10.3.2** - Excepcionalmente, o prazo estabelecido no subitem 10.3 poderá ser prorrogado pela Diretoria Executiva do CNPq, mediante pedido justificado apresentado pelo gestor da Chamada em até 15 (quinze) dias anteriores ao término do prazo, hipótese em que a prorrogação do prazo beneficiará todos os proponentes cujas propostas tenham sido aprovadas.

**10.4** - As propostas a serem apoiadas pela presente Chamada deverão ter seu prazo máximo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis) meses.

**10.4.1** - Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado por até 12 (doze) meses, mediante pedido fundamentado do proponente, a critério do CNPq.

**10.4.1.1** - A prorrogação da execução do projeto deverá observar necessariamente a correspondente prorrogação do instrumento de cooperação (Termo de Execução Descentralizada - TED).

**10.5** - O proponente deverá manter, durante a execução do projeto, todas as condições, apresentadas na submissão da proposta, de qualificação, habilitação e idoneidade necessárias ao perfeito cumprimento do seu objeto e preservar atualizados os seus dados cadastrais nos registros competentes.

**10.6** - A existência de registro de inadimplência, por parte do proponente, com o CNPq, com a Receita Federal do Brasil e no SIAFI constituirá fator impeditivo para a contratação do projeto.

**10.6.1** - A inadimplência constatada após a contratação será fator impeditivo para os desembolsos financeiros no decorrer do projeto.

**10.7** - As informações geradas com a implementação das propostas selecionadas e disponibilizadas na base de dados do CNPq serão consideradas de acesso público, observadas as disposições abaixo.

**10.7.1** - Os projetos submetidos a esta Chamada, bem como quaisquer relatórios técnicos apresentados pelos pesquisadores e/ou bolsistas para o CNPq, que contenham informações sobre os projetos em andamento, terão acesso restrito até o ato decisório referente à aprovação final pelo CNPq (art. 7º, §3º, da Lei nº 12.527/2011 e art. 20 do Decreto nº 7.724/2012).

**10.7.2** - Os proponentes cujos projetos tenham sido submetidos ao CNPq, bem como aqueles que apresentarem ao CNPq relatórios técnicos que possam gerar, no todo ou em parte, resultado potencialmente objeto de patente de invenção, modelo de utilidade, desenho industrial, programa de computador ou qualquer outra forma de registro de propriedade intelectual e semelhantes deverão manifestar explicitamente o interesse na restrição de acesso na ocasião da submissão do projeto e/ou do envio do relatório técnico.



**10.7.2.1** - As obrigações de sigilo e restrição de acesso público previstas no subitem 10.7.2 subsistirão pelo prazo de 5 (cinco) anos a partir da solicitação da restrição.

**10.7.2.2** - Em que pese a possibilidade de restrição de acesso, esta não reduz, contudo, a responsabilidade que os pesquisadores, suas equipes e instituições têm, como membros da comunidade de pesquisa, de manter, sempre que possível, os resultados da pesquisa, dados e coleções à disposição de outros pesquisadores para fins acadêmicos.

**10.7.3** - As instituições envolvidas deverão assegurar que seus empregados, funcionários, agentes públicos e subcontratadas, que tenham acesso às informações de acesso restrito, tenham concordado em cumprir as obrigações de restrição de acesso à informação.

**10.7.4** - O CNPq disponibilizará, a seu critério, as informações primárias de todos os projetos, tais como: título, resumo, objeto, proponente(s), instituições executoras e recursos aplicados pelo órgão.

**10.8** - A concessão do apoio financeiro poderá ser cancelada pela Diretoria Executiva do CNPq mediante decisão devidamente fundamentada, por ocorrência, durante sua implementação, de fato cuja gravidade justifique o cancelamento, sem prejuízo de outras providências cabíveis.

**10.9** - É de exclusiva responsabilidade de cada proponente adotar todas as providências que envolvam permissões e autorizações especiais, de caráter ético ou legal, necessárias à execução do projeto.

## **11 - Do Monitoramento e da Avaliação**

**11.1** - As ações de monitoramento e avaliação terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular dos projetos.

**11.2** - Durante a execução o projeto será acompanhado e avaliado, em todas as suas fases, considerando o que dispõe o TERMO DE OUTORGA.

**11.3** - É reservado ao CNPq o direito de acompanhar, avaliar a execução do projeto/plano de trabalho e fiscalizar *in loco* a utilização dos recursos durante a vigência do processo.

**11.3.1** - Durante a execução do projeto o CNPq poderá, a qualquer tempo, promover visitas técnicas ou solicitar informações adicionais visando ao monitoramento e à avaliação do projeto.

**11.4** - O proponente/coordenador deverá informar ao CNPq toda e qualquer alteração relativa à execução do projeto e, nos casos em que necessária, solicitar anuência prévia do CNPq por meio de pedido devidamente justificado, observado o disposto no Decreto nº 9.283/2018 e na RN nº 006/2019.

**11.4.1** - Durante a fase de execução do projeto, toda e qualquer comunicação com o CNPq deverá ser promovida por meio da Central de Atendimento: [atendimento@cnpq.br](mailto:atendimento@cnpq.br).

**11.5** - Para fins de monitoramento e avaliação o proponente/coordenador deverá apresentar ao CNPq formulário parcial de execução do projeto/plano de trabalho anualmente, considerando a data de início da vigência do processo do CNPq, via plataforma eletrônica, conforme determinado no TERMO DE OUTORGA.

**11.5.1** - Os resultados parciais obtidos pelo projeto de pesquisa serão acompanhados pelo CNPq que também considerará, dentre outros, os objetivos, o cronograma, as metas e os indicadores estabelecidos no projeto/plano de trabalho aprovado.



**11.6** - Constatado que o projeto não está sendo executado conforme o previsto, o CNPq determinará as diligências necessárias considerando o caso concreto e, caso não atendidas, promoverá o cancelamento da concessão, sem prejuízo da adoção das demais providências cabíveis conforme o caso.

## **12 - Prestação de Contas/Avaliação Final**

**12.1** - O proponente/coordenador do projeto deverá encaminhar ao CNPq, por meio do formulário *online* específico, o Relatório de Execução do Objeto - REO no prazo de até 60 (sessenta) dias contados do término da vigência do respectivo processo do CNPq, em conformidade com o TERMO DE OUTORGA e Portaria CNPq Nº 914, de 1º de julho de 2022, sob pena de ressarcimento dos valores despendidos pelo CNPq e demais penalidades previstas na legislação de Tomada de Contas Especial.

**12.1.1** - Todos os campos do REO deverão ser devidamente preenchidos.

**12.1.2** - O REO deverá conter, obrigatoriamente:

- a) a descrição das atividades desenvolvidas para o cumprimento dos objetivos e metas do projeto;
- b) a demonstração e o comparativo específico das metas com os resultados alcançados;
- c) o comparativo das metas cumpridas e das metas previstas devidamente justificadas em caso de discrepância, referentes ao período a que se o REO; e
- d) informações sobre a execução das atividades de divulgação científica por meio de textos, *links* de acesso, endereços eletrônicos, fotografias, vídeos ou áudios, dentre outros produtos que poderão ser disponibilizados em repositórios públicos e utilizados pelo CNPq em suas atividades de comunicação institucional.

**12.1.3** - O proponente/coordenador deverá anexar ao REO um arquivo contendo:

- a) declaração de que utilizou os recursos exclusivamente para a execução do projeto, acompanhada de comprovante da devolução dos recursos não utilizados, se for o caso;
- b) relação de bens adquiridos, desenvolvidos ou produzidos, quando houver, com a documentação comprobatória da incorporação dos bens ao patrimônio da instituição de execução do projeto;
- c) avaliação de resultados; e
- d) demonstrativo consolidado das transposições, dos remanejamentos ou das transferências de recursos efetuados, quando houver.

**12.2** - Caso o REO não seja aprovado ou apresente indícios de irregularidade o CNPq solicitará ao beneficiário que apresente o Relatório de Execução Financeira, acompanhado dos comprovantes digitalizados das despesas financeiras e demais documentos indicados na Portaria CNPq Nº 914, de 1º de julho de 2022.

**12.2.1** - A critério do CNPq o Relatório de Execução Financeira poderá ser exigido do beneficiário independente da avaliação do REO.

**12.2.2** - Os comprovantes originais deverão ser mantidos pelo Coordenador do projeto pelo prazo de cinco anos contados da data de aprovação da prestação de contas final.



**12.3** - Eventuais equipamentos adquiridos com recursos do projeto, cujo valor seja igual ou superior a R\$ 50.000,00, deverão ser cadastrados na Plataforma Nacional de Infraestrutura de Pesquisa – PNIPE MCTI.

### **13 - Impugnação da Chamada**

**13.1** - Decairá do direito de impugnar os termos desta Chamada o cidadão que não o fizer até o prazo disposto no CRONOGRAMA.

**13.1.1** - Caso não tenha impugnado tempestivamente a Chamada, o proponente se vincula a todos os seus termos, decaindo o direito de contestar as suas disposições.

**13.2** - A impugnação deverá ser dirigida à Presidência do CNPq, por correspondência eletrônica, para o endereço: [presidencia@cnpq.br](mailto:presidencia@cnpq.br), seguindo os trâmites processuais previstos na Lei nº 9.784/1999.

**13.2.1** - A impugnação da Chamada não suspenderá nem interromperá os prazos estabelecidos no CRONOGRAMA.

### **14 - Publicações**

**14.1** - As publicações científicas e qualquer outro meio de divulgação ou promoção de eventos ou de projetos de pesquisa apoiados pela presente Chamada deverão citar, obrigatoriamente, o apoio do CNPq e de outras entidades/órgãos financiadores.

**14.1.1** - Nas publicações científicas o CNPq deverá ser citado exclusivamente como “Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq” ou como “*National Council for Scientific and Technological Development – CNPq*”.

**14.1.2** - Nas publicações científicas, o MCTI deverá ser citado exclusivamente como “Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI” ou como “Ministry of Science, Technology and Innovation - MCTI”.

**14.2** - As ações publicitárias atinentes a projetos realizados com recursos desta Chamada deverão observar rigorosamente as disposições que regulam a matéria.

**14.3** - Os artigos científicos resultantes dos projetos apoiados deverão ser publicados, preferencialmente, em periódicos de acesso público e depositados, em conjunto com os dados científicos e com todo material suplementar relacionado, em repositórios eletrônicos de acesso público.

**14.4** - Caso os resultados do projeto ou o relatório venham a ter valor comercial ou possam levar ao desenvolvimento de um produto ou método envolvendo o estabelecimento de uma propriedade intelectual, a troca de informações e a reserva dos direitos, em cada caso, dar-se-ão de acordo com o estabelecido na legislação vigente: Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/1996), Marco Legal de CT&I (EC 85/2015, Lei nº 10.973/2004, Lei nº 13.243/2016 e Decreto nº 9.283/2018) e normativo do CNPq que regula a matéria (PO 502/2021).



MINISTÉRIO DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO



## 15 - Disposições Gerais

**15.1** - A presente Chamada regula-se pelo disposto na Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015, e pelos preceitos de direito público inseridos no Marco Legal de CT&I, Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, Decreto nº 9.283, de 07 de fevereiro de 2018, e, em especial, pelas normas internas do CNPq.

**15.2** - A qualquer tempo, a presente Chamada poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, por meio de decisão devidamente fundamentada da Diretoria Executiva do CNPq, sem que isso implique direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

**15.3** - A Diretoria Executiva do CNPq reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas na presente Chamada.

Brasília, 22 de junho de 2023.